

Observatórios de *media*, cidadania e educação para os meios: sugestões baseadas numa pesquisa sobre imprensa regional

JOÃO CARLOS CORREIA

jc@ubi.pt

JOSÉ RICARDO CARVALHEIRO

jr.carvalho@gmail.com

RICARDO MORAIS

rm.ricardomoraes@gmail.com

JOÃO CARLOS SOUSA

joaoclsousa@gmail.com

Universidade da Beira Interior

Resumo:

A viabilidade da imprensa regional implica um maior empenho na participação cívica o que por sua vez reclama a necessidade de novas práticas e perspectivas seja ao nível da recolha da informação seja ao nível das rotinas jornalísticas reflectindo algumas mudanças de atitude epistémica dos jornalistas em face da realidade social, nomeadamente no que respeita à relação com os seus públicos.

Ao longo deste texto, articula-se a prática da educação para os *media* e a promoção da literacia mediática com a noção de cidadania, elegendo a imprensa regional e os estabelecimentos de ensino, nomeadamente as universidades espalhadas pelo espaço nacional, como protagonistas privilegiados para o desenvolvimento dessa interacção. Para esse efeito recorre-se à noção de jornalismo cívico ou público, na perspectiva de que o mesmo não é por nós encarado como uma panaceia mas como um conjunto de reflexões e de práticas que procuram vincular o jornalismo ao aprofundamento da cidadania, através de uma relação mais dinâmica com os públicos de cidadãos.

Palavras-chave:

literacia mediática – cidadania – imprensa regional – observatórios de Imprensa – jornalismo cívico

Jornalismo cívico: as origens

O jornalismo cívico ou público emergiu por volta de 1990, a partir da consciência crítica de académicos e jornalistas desperta pela falta de interesse das audiências na informação política mediada pelo jornalismo e, também, pelas baixas percentagens de envolvimento dos cidadãos nos processos democráticos, evidenciadas no declínio da participação em eleições Segundo Schudson, foi mesmo o movimento melhor estruturado no seio da história da imprensa norte-americana (1999:118). O sucesso do movimento ficou a dever-se, em larga medida, à cooperação de organizações com preocupações de natureza cívica que patrocinaram experiências, estabeleceram directivas de funcionamento e preparou seminários, entre várias outras actividades que contribuíram para a sua consolidação. Segundo Nip (2006: 5) uma sondagem nacional promovida em 2001 entre os jornais americanos com uma circulação superior a 20.000 demonstrou que 66% dos editores disseram que aceitavam a etiqueta do jornalismo cívico ou aprovavam a sua filosofia e métodos.

Para além de um conjunto de práticas, o jornalismo público norteia-se por uma perspectiva filosófica que atribui ao jornalismo grande parte da responsabilidade no bom funcionamento da democracia, nomeadamente no que respeita aos critérios de participação e de debate público. Porém, as sugestões do jornalismo público não surgiram associadas a uma teoria do jornalismo logicamente desenvolvida, historicamente informada e dotada de coerência interna (Haas, 2007: 68). Entre os seus fundamentos teóricos que são susceptíveis de serem associados a uma filosofia pública que permitisse fundamentar este movimento de reforma, Haas e Steiner apontam a teoria do espaço público de Habermas, o debate entre John Dewey e Walter Lippman sobre o papel democrático do jornalismo e a teoria da responsabilidade social da imprensa suportada pelo relatório de 1947 da Comissão Hutchins para a Liberdade de Imprensa, a qual fundamentou a função social da imprensa em torno da responsabilidade que a esta compete de dotar os cidadãos com informação útil para a concretização útil do auto-governo democrático. (cf. Haas and Steiner, 2006: 238).

O jornalismo público, através de alguns dos seus partidários mais proeminentes, advoga ver o jornalismo como um catalizador central da democracia. Serão suas as seguintes características: 1. Escutar sistematicamente as histórias e ideias dos cidadãos 2. Examinar maneiras alternativas de abordar as histórias a partir dos temas que são considerados importantes pela comunidade 3. Escolher aquelas abordagens na apresentação dos temas que ofereçam maior oportunidade para estimular a deliberação cidadã. 4. Informar acerca dos problemas públicos relevantes de um modo que aumente o conhecimento do público acerca das possíveis soluções e acerca dos valores comprometidos nas opções alternativas. 5. Prestar atenção e sistemática à qualidade da relação comunicativa com o público.

Hoje, assiste-se a uma segunda fase do jornalismo cívico fortemente relacionada com os progressos no jornalismo online. Significativamente o Civic Journalism Interest Group da Association for Education in Journalism and Mass Communication que começou em 1994 durante os anos de formação do jornalismo cívico virou-se para novas formas de expressão do empenhamento cívico através do jornalismo participativo e do cidadão conduzindo a uma mudança correspondente do nome do grupo para Civic and Citizen Journalism Interest Group em 2005. A solução encontrada foi a reorientação do jornalismo público no sentido de aproveitar a interactividade prometida pelo *online* para aprofundar dinâmicas participativas.

Apesar de tudo, a investigação empírica (Tanni Haas, 2007), sugere a existência de um contributo escasso dos novos *media* quer no que respeita a uma maior democratização da

informação quer quanto à sua capacidade de influenciarem a agenda mediática. Muitos dos novos *media* comprometidos com uma lógica cívica ou colaborativa permanecem dependentes das informações, enquadramentos, opiniões e agenda dos *media* noticiosos tradicionais, faltando muitas vezes a adopção de uma atitude e em especial de metodologias que conduzam a uma maior presença dos cidadãos no relato noticioso.

O ponto central que este texto desperta é que o jornalismo cívico é sobretudo uma conjunto de experiências e uma intuição ético-filosófica desenvolvida de uma forma prolífera mas à qual faltou a sistematização teórica. Falta-lhe uma concepção estruturada de deliberação e o desenvolvimento consistente de objectivos nomeadamente aplicáveis às esperanças despertadas pelas novas tecnologias. Todavia, foi e é um excelente laboratório de pesquisa no relacionamento com o público e pode, nesse sentido, constituir-se como um manual de exemplos e de metodologias de experiências a realizar, nomeadamente em observatórios de media. Os instrumentos das ciências sociais utilizados pelos próprios jornalistas e pesquisadores para alterar e melhorar o debate político continuam a constituir uma interessante matéria de reflexão. O lançamento de reuniões comunitárias, a feitura de sondagens deliberativas dirigidas para a identificação dos temas efectivamente tidos em conta pelas pessoas, a cobertura extensiva dos mesmos temas, a criação de oportunidades para a sua discussão, o lançamento de painéis de cidadãos, conferências de cidadãos e de fóruns com a participação dos decisores foram alguns dos esforços desenvolvidos na sequência deste esforço para repensar o papel dos *media*. A este haverá a juntar as experiências de *civic mapping* e o recurso aos métodos etnográficos para fundamentar técnicas de reportagem adequadas à representação de grupos de grupos dotados de menor visibilidade social.

A Imprensa regional portuguesa e a cidadania.

Apesar da perspectiva crítica que deve acompanhar a recepção do jornalismo público, acredita-se que é possível, especialmente em cidades de pequena e média dimensão, servidas pela imprensa regional colocar como hipótese o recurso a algumas das sugestões testadas, direccionadas por estas formas de jornalismo. Não se trata de pretender defender uma transposição automática do Jornalismo cívico – ele próprio um fenómeno diverso e multifacetado com diferentes graus de sucesso na sua concretização – mas sim da desenvolvimento e da aplicação de algumas das suas características de acordo com algumas potencialidades existentes no universo da Imprensa Regional.

Em Portugal ao nível da indústria jornalística, não existia uma reflexão sistemática sobre o fenómeno, embora se conhecessem casos de jornalistas e de jornais que adoptaram práticas sistemáticas de consulta aos cidadãos e de dinamização de fóruns com vista à constituição de agendas que conheçam uma maior sintonia com as preocupações dos públicos.

Neste momento existe, pela primeira vez, um projecto mobilizando a Universidade da Beira Interior e o Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online, em parceria com a Associação Portuguesa de imprensa, o Grupo Lena Comunicação e a Controlinveste. O projecto intitulado “Agenda dos Cidadãos: Jornalismo e participação cívica nos media portugueses”, apoiado pela FCT, tem por objectivo fundamental identificar, fomentar e experimentar práticas jornalísticas que contribuam para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade e a deliberação democrática na esfera pública, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania, seguindo exemplos do chamado jornalismo público e, eventualmente, outras formas de jornalismo comunitário. Foram incluídos no projecto os jornais Grande Porto, Jornal da Bairrada, Jornal do Centro, As Beiras, O Ribatejo, Vidas Ribatejanas, Região de Leiria, Jornal do Fundão, O Interior e Algarve

Nos termos do projecto pretende-se: a) Proceder a um levantamento junto dos órgãos de comunicação social participantes das suas práticas de construção de notícias. b) Colaborar com os órgãos de comunicação social envolvidos no projecto para que construam uma “agenda do cidadão”, através da identificação de temas considerados prioritários pelos seus públicos da comunidade em que estão inseridos. c) Desenvolver trabalhos jornalísticos em função dos temas detectados como prioritários pelos públicos; d) Incentivar a participação dos cidadãos na discussão dos temas detectados como prioritários pelos públicos; e) Promover a reflexão sobre as práticas jornalísticas de vocação cívica e indagar dos seus limites e sua aplicabilidade em diversos contextos culturais.

No âmbito do projecto, foi aplicada um inquérito online, através de uma ferramenta informática desenvolvida no Labcom a uma população alvo de 45 jornalistas, distribuídos de forma não uniforme pelos oito jornais participantes. Conseguiu-se obter cerca de 34 inquirições, o que equivale a uma taxa de resposta de cerca 75.6.

Apesar de não pretendermos proceder à apresentação exhaustiva do tratamento já efectuados dos dados recolhidos por este inquérito, podemos, todavia, dar alguns elementos indicadores que ajudam a nossa reflexão.

Foram apresentados aos jornalistas no âmbito deste inquérito várias questões que eram consideradas fulcrais em virtude da orientação do inquérito. Seleccionamos apenas algumas:

As principais funções do jornalismo regional são: *

- Defender os interesses da Região
- Informar o público e esclarecer os cidadãos
- Garantir o pluralismo social e político
- Permitir a participação alargada na tomada de decisões
- Contribuir para resolver problemas
- Denunciar problemas e garantir a vigilância dos órgãos públicos
- Fomentar o debate no seio da região
- Fomentar o debate público ou ideológico.

Solicitava-se ao jornalista que assinala-se a de 1 a 8, onde 1 será a função mais importante e 8 a função menos importante.

Tabela 1 e 2- Funções atribuídas ao jornalismo regional

Níveis de importância	Defender os interesses da região			Informar e esclarecer os cidadãos			Garantir o pluralismo social e político		
	*Nº	%	% A	Nº	%	% A	Nº	%	% A
1	5	14,7%	14,7%	24	70,6%	70,6%	3	8,8%	8,8%
2	6	17,6%	32,4%	3	8,8%	79,4%	6	17,6%	26,5%
3	6	17,6%	50,0%	1	2,9%	82,4%	3	8,8%	35,3%
4	3	8,8%	58,8%	1	2,9%	85,3%	6	17,6%	52,9%
5	1	2,9%	61,8%	1	2,9%	88,2%	5	14,7%	67,6%
6	1	2,9%	64,7%	1	2,9%	91,2%	5	11,8%	82,4%
7	2	5,9%	70,6%	1	2,9%	94,1%	4	11,8%	94,1%
8	10	29,4%	100%	2	5,9%	100%	2	5,9%	100%

Níveis de importância	Permitir a participação alargada nas tomadas de decisões			Contribuir para resolver problemas			Fomentar o debate no seio da região			Fomentar o debate público ou ideológico		
	Nº	%	% A	Nº	%	% A	Nº	%	% A	Nº	%	% A
1	1	2,9%	2,9%	3	8,8%	8,8%	1	2,9%	2,9%	1	2,9%	2,9%
2	6	17,6%	20,6%	6	17,6%	26,5%	4	11,8%	14,7%	0	0%	0%
3	4	11,8%	32,4%	8	23,5%	50%	5	14,7%	29,4%	3	8,8%	11,8%
4	3	8,8%	41,2%	4	11,8%	61,8%	5	14,7%	44,1%	4	11,8%	23,5%
5	2	5,9%	47,1%	5	14,7%	76,5%	5	14,7%	58,8%	5	14,7%	38,2%
6	7	20,6%	67,6%	4	11,8%	88,2%	5	14,7%	73,5%	5	14,7%	52,9%
7	8	23,5%	91,2%	1	2,9%	91,2%	9	26,5%	100%	4	11,8%	64,7%
8	3	8,8%	100%	3	8,8%	100%	0	0%	-	12	35,3%	100%

Quanto ao tratamento da informação, sobretudo tendo em conta o campo da imprensa regional e as especificidades deste tipo de comunicação social, concluí-se que os jornalistas continuam a entender que as principais funções do jornalismo regional são defender os interesses da região, mas também informar e esclarecer os cidadãos, respostas que, pelo menos parcialmente, fazem parte do canône tradicional do jornalismo (referidas na tabela 1). Quanto às funções que representariam uma nova posição perante o jornalismo, no seguimento das teorias do jornalismo público, (designadamente permitir a participação alargada na tomada de decisões, contribuir para resolver problemas, fomentar o debate no seio da região, fomentar o debate público ou ideológico referidas na tabela 2) são menos consideradas pelos jornalistas.

Outra questão igualmente significativa era:

O mais importante para uma democracia funcionar é: *

Que os cidadãos sejam esclarecidos

Que os cidadãos possam escolher entre propostas políticas diferentes

Que os cidadãos participem activamente no debate público

Que os cidadãos possam participar na tomada de decisões

Assinale de 1 a 4, onde 1 será o mais importante e 4 o menos importante

Tabela 3- O mais importante para uma democracia funcionar é que...

Níveis de importância	Os cidadãos sejam esclarecidos			Os cidadãos possam escolher entre propostas políticas diferentes		
	*Nº	%	% A	Nº	%	% A
1	18	52,9%	52,9%	4	11,8%	11,8%
2	6	17,6%	70,6%	8	23,5%	35,3%
3	5	14,7%	85,3%	4	11,8%	47,1%
4	5	14,7%	100%	18	52,9%	100%

* Nº - Número de peças; % - Percentagem; % A - Percentagem acumulada

Tabela 4.- O mais importante para uma democracia funcionar é que...

Níveis de importância	Os cidadãos participem activamente no debate público			Os cidadãos possam participar na tomada de decisões		
	*Nº	%	% A	Nº	%	% A
1	7	20,6%	20,6%	8	23,5%	23,5%
2	12	35,3%	55,9%	8	23,5%	47,1%
3	11	32,4%	88,2%	9	26,5%	73,5%
4	4	11,8%	100%	9	26,5%	100%

* Nº - Número de peças; % - Percentagem; % A - Percentagem acumulada

Quanto aos aspectos mais importantes para o funcionamento de uma democracia, os jornalistas indicam, de forma clara, a existência de cidadãos esclarecidos e a possibilidade de estes participarem activamente no debate público, como princípios fundamentais. Pode-se aqui já concluir que para os jornalistas inquiridos, os aspectos mais importantes para o funcionamento de uma democracia são a existência de cidadãos esclarecidos e a possibilidade de estes participarem activamente no debate público. Encontramos aqui, de certa forma, os princípios que estão subjacentes aos movimentos do "jornalismo público", designadamente a exigência de que a informação não é suficiente para a democracia, sendo necessário promover o debate da mesma.

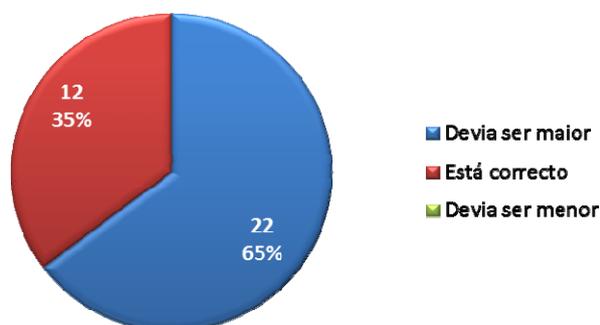
Verificou-se um conjunto de perguntas relacionadas com a representação dos cidadãos e a relação com os públicos:

21 O espaço disponibilizado para os leitores nos jornais regionais: *

- Devia ser maior
- Está correcto
- Devia ser menor

26 Usar "cidadãos comuns" como fonte citada em notícias: *

- Dá voz a quem tem poucas possibilidades de se exprimir publicamente
 - Dá menos garantias de credibilidade
 - Acrescenta pontos de vista que podem ser importantes
 - Não garante representatividade porque as pessoas comuns falam apenas em nome pessoal
- Assinale de 1 a 4, onde 1 será o mais importante e 4 o menos importante



Quadro I – Avaliação do espaço disponibilizado aos leitores

Tab 3- Usar cidadãos como fonte citada em notícias...

Níveis de importância	Dá voz a quem tem poucas possibilidades de se exprimir publicamente		Dá menos garantias de credibilidade		Acréscena pontos de vista que podem ser importantes		Não garante representatividade porque os cidadãos comuns falam apenas em nome pessoal	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	10	29,4%	4	11,8%	18	52,9%	4	11,8%
2	16	47,1%	3	8,8%	10	29,4%	7	20,6%
3	5	14,7%	7	20,6%	2	5,9%	16	47,1%
4	3	8,8%	20	58,8%	4	11,8%	7	20,6%

Os dados não deixam dúvidas, 65% dos jornalistas inquiridos consideram que o espaço dedicado aos leitores devia ser maior, sendo que apenas 35% defende que o espaço que é disponibilizado é suficiente. Salienta-se o facto de nenhum dos inquiridos ter manifestado que o espaço dado aos leitores é excessivo e por isso devia ser reduzido. O uso das vozes de cidadãos comuns como fontes citadas em notícias, é considerada uma forma de conferir alguma visibilidade a quem tem poucas possibilidades de se exprimir. Os jornalistas não encaram que este dê menos garantias de credibilidade, ou não garanta a representatividade, porque os cidadãos comuns falam apenas em nome pessoal.

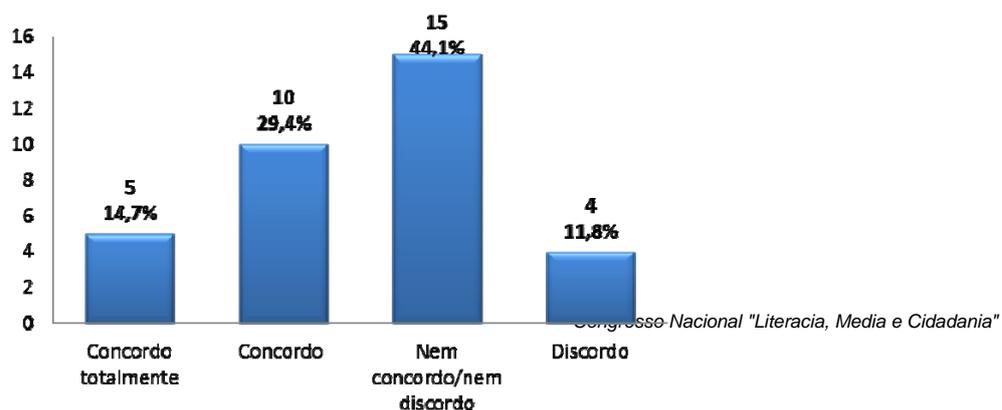
Algumas perguntas estratégicas pois coincidiam com a natureza do próprio jornalismo público eram as seguintes:

30 Acha que é possível criar uma agenda dos cidadãos baseada nos problemas destes, que sirva de orientação às práticas jornalísticas do jornal? *

Por favor, seleccione **apenas** uma das seguintes opções:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Sendo 1 - Concordo totalmente e 5 - Discordo totalmente.



Quadro II – A Agenda do Cidadão

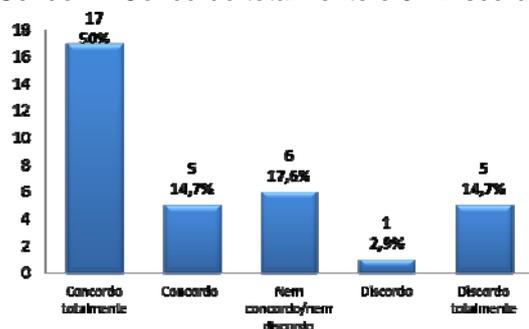
A ideia depara com alguma indiferença (44,1% dos inquiridos não concorda, nem discorda com a criação dessa agenda). No entanto, é importante sublinhar que 14,7% dos inquiridos concorda totalmente com esta agenda orientada pelos problemas dos cidadãos, e 29,4% concorda que de facto é preciso privilegiar no tratamento noticioso uma agenda com questões que se reflectem na vida das pessoas, enquanto apenas 11,8 discordam.

31 Concorda que o jornal de promover fóruns abertos à sociedade civil a fim de dinamizar a eventual resolução de problemas da região? *

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Sendo 1 - Concordo totalmente e 5 - Discordo totalmente.



Quadro 3- Concordância com recurso a fóruns

32 Esta prática constituiria um desvio à objectividade e isenção jornalísticas? *

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Sim
- Não

A ideia de tentar mobilizar os cidadãos para a discussão em fóruns públicos dos temas considerados prioritários por estes, é entendida pela maioria dos jornalistas inquiridos como positiva

para o jornal e para comunidade. Mas é preciso ter em conta que, se 50% dos inquiridos concorda totalmente com esse princípio e 14,7 concordam não podemos desvalorizar os 17,6% de inquiridos que não concordam (2,9) ou discordam totalmente (14,7%) com esta prática.

O recurso aos fóruns, entre as práticas subjacentes ao jornalismo público, acaba por ser das mais criticadas, precisamente pelo facto de os críticos considerarem que essas práticas representam o abandono de concepções tradicionais de jornalismo como é o caso do distanciamento, levando a um envolvimento por parte dos jornalistas na defesa de causas comunitárias. No entanto, contrariando essa visão mais crítica, a quase totalidade dos jornalistas que responderam ao nosso inquérito (91%), não consideram que essas práticas representem um desvio à objectividade e isenção jornalísticas.

Dos exemplos referidos pode-se concluir que uma parte dos jornalistas acredita numa agenda dos jornais orientada em parte pelos interesses dos cidadãos. Neste sentido, os inquiridos concordam com a realização de fóruns e debates abertos à sociedade civil com o objectivo de dinamizar a resolução de problemas das comunidades. Esta prática não constituiria, de acordo com os jornalistas inquiridos, um desvio à objectividade e isenção jornalísticas. Porém, de uma forma geral, este inquérito revela bem as tensões que se produzem no interior do campo jornalístico, nomeadamente entre o profissionalismo jornalístico tradicional centrado na ideia de isenção e de parcialidade e o compromisso cívico, o qual reclama pela participação dos jornalistas na vida comunitária, ao menos enquanto promotores de um debate. Esta tensão, aliás, é visível noutros instrumentos já utilizados, nomeadamente, a análise de conteúdo dos jornais participantes e as entrevistas aos directores desses jornais.

Literacia mediática e deliberação pública

Uma questão central que percorre este texto remete, pois, para uma concepção de observatório de media e de literacia mediática que se considera andar lado a lado com a aprendizagem da cidadania e para a qual as experiências produzidas no plano metodológico pelo jornalismo cívico podem constituir matéria de reflexão.

Nesta perspectiva, os observatórios de *media* (*media watches*) podem e devem ser pensados não apenas como um espaço de controlo dos media pelos públicos mas como um espaço de interacção entre os *media* e os públicos que têm a função de facilitar o acesso à informação, contribuindo para o aumento da sua qualidade e diversidade. Os primeiros observatórios de *media* surgiram nos Estados Unidos, na década de 1980. A ideia do *media watching* agregava-se às experiências anteriores do *ombudsman* e do *media-criticism* e objectivava a reflexão da sociedade e dos profissionais sobre a prática e a função jornalística na modernidade. A existência dos observatórios de *media* surge, pois associada a comunicação democrática, seja capacitando profissionais da área ou desenvolvendo a pedagogia crítica junto ao público receptor. Dessa forma, os observatórios podem ser analisados em termos de espaços de participação e como locais de exercício da actividade crítica.

A dimensão comunicativa da sociedade civil deve incluir-se numa concepção de auto-educação pelo facto de implicar ousar a utilização da própria inteligência e da própria capacidade de adquirir conhecimento (Misgeld, 1987, 83). É indispensável articular a questão dos *media* com uma reflexão de natureza hermenêutica e crítica que mobilize uma maior sensibilidade para os processos comunitários de constituição do sentido. Isto implica desafiar o público a exercer a influência que lhe

corresponde, através do conhecimento e análise da linguagem dos *media*, das suas formas de organização e respectivos constrangimentos.

Trata-se, por exemplo, de promover as competências que permitam aos jornalistas e os cidadãos em geral tornarem-se mais sensíveis aos mecanismos sociais de representação tantas vezes ocultos na linguagem mediática. Influenciar o modo como se representa a diferença e a hierarquia no interior dos discursos e processos mediáticos implica saber como eles são construídos, quais são os seus códigos e convenções, quais são as suas rotinas e constrangimentos e, em última instância, ser capaz de desenvolver artefactos mediáticos, de forma a usá-los como meios de expressão e de comunicação. Deste modo, a educação para os *media* é também uma educação que deve responder a estas questões: a quem servem os *media*? Que lógica os mobiliza?

José Luís Braga (2006: 46) considera como processos críticos, dentro do subsistema de interacção social sobre os *media* “os que se voltam para os processos de produção mediática e seus produtos em termos de um enfrentamento tensional que, directa ou indirectamente, possa resultar em crítica interpretativa, ou em controlo de desvios e equívocos mediáticos, em aperfeiçoamentos qualitativos, na defesa de valores sociais, em aprendizagem e em socialização competentes, na fruição qualificada em termos reflexivos ou estéticos, em informação de retorno, redireccionadora dos produtos, em percepções qualificadas”.

Ou seja, este enfrentamento tensional não remete para uma lógica de confronto em que os jornalistas manipuladores de informação sejam substituídos pelos públicos esclarecidos – como por vezes parece deduzir-se de algumas propostas do jornalismo cidadão – nem numa auto-suficiência dos jornalistas que se furtariam a qualquer processo de responsabilidade social. Antes remete para uma lógica de aprendizagem comum onde se procede ao lançamento de vectores interpretativos e/ou de acção em direcção à produção e recepção. Sobre a recepção, podem-se estimular as competências dos utilizadores para seleccionar, interpretar desenvolver a sua própria competência crítica. Sobre os produtores e sistemas de produção, a incidência teria o sentido de remodelar e de qualificar os seus produtos e processos (cf. Braga, 2006:47).

Nesse sentido, a nossa proposta consiste em complementar o presente projecto com que actualmente nos encontramos a trabalhar com a criação de observatórios de imprensa regional em que intervenham os *media* regionais, os agentes e instituições educativas e os espaços públicos de cidadãos. Luiz Gonzaga Motta (2008:22) chama a atenção para a existência de vários tipos de observatórios: “alguns funcionam como *ouvidorias* e *veederias* públicas e incluem critérios ético – políticos, enquanto outros estão mais próximos de *ombudsman* técnico-profissionais (estilo, clareza objectividade, etc.) Pensa-se que ambos os níveis terão importância e justificamos esta opção por se considerar que as questões retóricas e estilísticas não se podem dissociar de uma problemática associada às dimensões ética e política Nesse sentido defendemos a criação de critérios específicos para a análise da cobertura jornalística que tenham como referência de fundo o aprofundamento dos valores da cidadania. Porém, a cidadania não se aprende em grossos volumes mas exige a sua prática e a sua experimentação em ambientes propícios. É aqui que a educação para os *media* e a educação para a cidadania se articulam, pois descodificar, influenciar e construir as leituras sobre a realidade que se enfrentam na esfera de visibilidade pública é um acto de cidadania.

Entre os pressupostos que deverão informar a formação destas instituições contam-se os seguintes:

Agentes a considerar: Participação dos *media*, das instituições de ensino e dos espaços públicos de cidadãos. “As Universidades são espaços naturais para a existência de observatórios: mantém disciplinas e grupos regulares de discussão sobre os *media*, realizam frequentemente

seminários focais, mantém certa independência em relação ao Estado e ao Mercado” (Motta, 2008: 22)

a) Objectivos:

b1. Identificação dos públicos dos media regionais, procedendo à sua caracterização socioprofissional e sócio demográfica;

b2 promover a análise das características e especificidades dos conteúdos e processos postos em circulação pelos *media*

b3 promover a discussão colectiva com a participação de jornalistas, agentes educativos e de painéis representativos do público da cobertura mediática levada a efeito pela imprensa regional, numa perspectiva de *media criticism* e de *media accountability systems*, visando a promoção e defesa de valores sociais e profissionais que possam ser ameaçados pelas lógicas estritas da subordinação da produção cultural comercial;

b. 4 dotar os públicos alvo de competências específicas para a produção, recepção e descodificação de conteúdos jornalísticos tradicionais ou não , numa lógica de aprendizagem do utilizador.;

b.5 dotar os *media* regionais com informação e *feedback* adequados que lhe permitam adequar, de forma auto-reflexiva, estratégias, práticas discursivas e organizacionais capazes de influenciar no sentido positivo de uma relação com os públicos.

b.6 desenvolver uma lógica de literacia mediática que contemple a introdução e o uso de novas tecnologias e a produção de conteúdos específicos para as características das mesmas.

b. 7 Criar uma incubadora para projectos de excelência no aprofundamento das competências profissionais e do desenvolvimento editorial.

. Finalmente, especificamente quanto ao ponto b3, quaisquer um destes pontos genéricos deve ter em conta na apreciação dos conteúdos jornalísticos vários critérios nomeadamente: 1) critérios relativos à abordagem do tema (existência de estereótipos e de preconceitos, ausência ou presença de contextualização e de estabelecimento de relações de causa e de efeito, associação pertinente, adequada, explicativa, completa ou parcial às políticas públicas envolvidas nos eventos descritos); 2) critérios relativos à elaboração do produto (nomeadamente, a existência de recursos gráficos explicativos e verificar qual a sua clareza, pertinência e força explicativa; analisar o enquadramento predominante, nomeadamente verificando se este é dependente de fontes oficiais, comercial ou dirigido para a cidadania ou se é objectivo, positivo ou neutro); 3) Critérios relativos à pluralidade de fontes e à representação dos actores sociais (nomeadamente identificando os actores sociais e os papéis que lhe são atribuídos bem como o número e variedade de fontes consultadas ou omitidas). (cf. Motta, 2008: 36).

Quaisquer destes pontos devem ser levados a efeito seja no contexto de espaços de educação formal destinadas ao efeito (aulas de jornalismo) seja no âmbito de espaços de educação para os *media* dinamizados por agentes e educativos e outros agentes da sociedade civil.

Em conclusão, parece-nos que a introdução de práticas mais entrosadas com os públicos de cidadãos pode ser conseguida de forma realista, sistemática e mobilizadora das diversas partes com o contributo de observatórios de *media*.

Por outro lado, o seu direccionamento para a imprensa regional pode auxiliar os jornais das comunidades envolvidas a criarem uma lógica auto-reflexiva dentro da comunidade, tematizando os seus problemas, questionando as suas elites e mobilizando os cidadãos para a busca de soluções colectivas.

Curiosamente, as palavras que Gonzaga Motta usa para contextualizar o aparecimento do (já vasto) movimento de observatórios de imprensa no Brasil contêm argumentos em tudo idênticos aos utilizados para justificar o aparecimento do jornalismo cívico: [O aparecimento dos observatórios de *media*] “Decorreu de uma consciência progressiva sobre o distanciamento dos valores jornalísticos (que orientam a cobertura da indústria cultural e informativa) dos problemas e actores sociais do país e da necessidade de contrapor alternativas a esse relativo alheamento dos *media*” (2008:30). Julgamos que nalgumas cidades de pequena e média dimensão existem condições históricas, económicas, sociais, culturais e educativas para levar por diante este empreendimento.

Referências Bibliográficas:

Braga, J. L. (2006) A sociedade enfrenta sua mídia. Dispositivos sociais de crítica mediática. São Paulo: Paulus.

Christofolletti R. e Motta, L.G (2008) Observatórios de mídia: olhares da cidadania, São Paulo, Editora Paulus.

Friedland, L. and Nichols, S. (2002) Measuring Civic Journalism's Progress: A Report Across a Decade of Activity. Washington, DC: Pew Center for Civic Journalism.

Haas T., Steiner, L. (2006). "Public journalism: a reply to critics" in Journalism vol. 7 no. 2 , 238-254

Haas, T.(2007) The Pursuit of Public Journalism. Theory, Practice and Criticism, London, New York, Routledge.

Misgeld, D. (1987), "Education and cultural invasion: Critical social theory, education as instruction and the "pedagogy of oppressed", in Foster, John , Critical Theory and Public Life, Cambridge, MIT Press, 77-120.

Moretzsohn, S. (2007), *Pensando Contra os Factos. Jornalismo e Cotidiano: do Senso Comum ao Sentido Crítico*. Rio de Janeiro: Revan.

Motta, L. G. (2008) “A Crítica da mídia: da resistência ao desenvolvimento humano”. In: Christofolletti Rogério. e Motta, L. Luiz Gonzaga, (orgs.) *Observatórios de mídia: olhares da cidadania*, São Paulo, Editora Paulus.

Nip, Joyce Y. M. (2006). “Exploring the second phase of public journalism” in *Journalism Studies*, 7 (2), 212-236.

Projecto Agenda do Cidadão (João Carlos Correia, José Ricardo Carvalho, Patrício Costa, João Carlos Sousa, Ricardo Morais et al.), *Relatório de inquérito aos Jornalistas*, Covilhã, UBI, 2010.

Schudson, M. (1998). “The Public Journalism Movement and Its Problems” in Graber, Doris, McQuail, Dennis, Norris, Pippa (Eds.), *The Politics of News, The News of Politics*, Washington, Congressional Quarter Press. pp. 132-149.

